

PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL EM DRAMATIZAÇÃO DA OBRA “PIPO E FIFI”:

UMA FERRAMENTA PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DOS ANOS INICIAIS

Autora: Luiza Lemos De Rossi.

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria, Brasil.

Resumo: O presente relato de experiência apresenta uma atividade de formação continuada cuja proposta foi buscar compreender como abordar a prevenção da Violência Sexual Infanto-juvenil (VSI) na escola, desde os anos iniciais da Educação Básica. No Brasil, o estupro é o crime mais comum contra crianças e adolescentes, ocorrendo, na maioria dos casos, dentro do próprio lar, cometido por um agressor conhecido ou parente da vítima. Para elaboração deste relato, foi realizado estudo de obras, cartilhas, programas e orientações técnicas voltadas à conscientização da VSI, unindo-se à revisão de métodos que integram linguagens artísticas, como a literatura, a performance, o drama e o teatro. A obra *Pipo e Fifi: Ensinando proteção contra a violência sexual* (Arcari, 2022), destacou-se dentre os *Livros Infantis de Abordagem Preventiva – LIAP’s* (Soma & Williams, 2014; 2017) estudados junto aos professores participantes. Sanderson (2005) e Rodrigues (2017) embasaram as reflexões sobre VSI e abuso sexual intrafamiliar. Sob a perspectiva estratégica da teoria do *Drama*, segundo Cabral (2006) e Vidor (2010), os educadores criaram 4 enredos dramáticos, onde incluíram, para a elaboração dos personagens e dos conflitos cênicos, aspectos relativos aos comportamentos autoprotetivos (Wurtele, 2008), além de noções sobre as habilidades sociais relacionadas (Soma, 2022).

Palavras-chave: prevenção da violência sexual infanto-juvenil; drama como método de ensino.

INTRODUÇÃO

Aulas de teatro tem por característica própria, a construção de um espaço de comunhão, capaz de promover confiança entre seus participantes, culminando no compartilhamento de ideias e confidências. Por meio de uma dinâmica intitulada como “memória dos cheiros”, a professora, e autora deste relato, convidou seus alunos adolescentes, em uma oficina de teatro, para listarem três “cheiros-memórias”. A atividade visava promover um momento de partilha sobre as histórias vinculadas aos aromas listados, para posterior elaboração cênica. Assim, em uma roda despretensiosa e habitual, iniciaram-se os relatos: cada adolescente foi, aos poucos, comentando sobre a sua lista pessoal, resgatando vivências e recordando pessoas queridas. Até o momento em que M., uma das adolescentes, revelou que o

cheiro de cloro para piscina misturado com o cheiro de cachaça, lhe trazia à memória um episódio de violação sexual. Há cerca de sete anos atrás, seu avô materno, alcoolizado, havia praticado abuso sexual com ela, quando esta possuía apenas cinco anos de idade, após retornar de um banho de piscina na casa de uma amiguinha.

O impacto desse relato instaurou uma atmosfera pesada e profunda à dinâmica preestabelecida na aula. O impulso de denúncia começou a ganhar força dentro da professora e com ele, muitos questionamentos: a adolescente já havia contado para alguém? Ela precisaria de ajuda para trazer isso à tona? Como um(a) educador(a) lida com um relato tão delicado e judicialmente crítico?

Foram questões como essas que direcionaram a busca por respostas éticas, metodológicas e educacionais. Buscou-se compreender como educadores podem abordar questões de Violência Sexual Infanto-juvenil (VSI) dentro das escolas, atualmente. Além disso, foram investigadas algumas práticas pedagógicas com enfoque na denúncia e na prevenção da VSI, buscando compreender como essas abordagens dialogam com a realidade das crianças e dos adolescentes, em seu cotidiano de ensino-aprendizagem, nos anos iniciais da Educação Básica.

No Brasil, o *Estatuto da Criança e do Adolescente* reúne um conjunto de normas jurídicas para regulamentar, dentre outras questões, a obrigação social de “prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (*Lei Federal nº 8.069*, 1990, art. 70). Nesse sentido, o texto oficial defende a necessidade de uma formação continuada, para capacitar os profissionais de saúde, educação e assistência social, dentre outros, investindo-se no desenvolvimento de competências necessárias ao enfrentamento de todas as formas de violência infanto-juvenil.

Apesar disso, são noticiados, diariamente, altos índices de violência contra crianças e adolescentes. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023), somente em 2022, dados apontaram que 40.659 crianças, menores de 13 anos, foram sexualmente violentadas em nosso país. Esse número corresponde a 61,4% do total registrado das vítimas de estupro de vulnerável (quando ela é considerada incapaz de consentir), lembrando que também é preciso considerar os casos não-notificados.

O estupro é o tipo de crime com maior número de registros contra crianças e adolescentes do Brasil. . . . Dentre as vítimas do sexo feminino, existe um pico de casos entre 3 e 4 anos de idade e, a partir dos 9 anos, o número de casos aumenta e

alcança o seu maior valor com vítimas de 13 anos. Dentre as vítimas do sexo masculino, apesar de se tratar de menor quantidade de casos, o pico se dá aos 4 anos de idade. (FBSP, 2023, pp. 190-191).

Diante do aumento dos casos de estupro de vulnerável, atingindo vítimas cada vez mais novas, convido o leitor para um breve exercício de imaginação: por favor, olhe para o relógio. Que horas são? Imagine que, na próxima 1 hora, 4 crianças, ou mais, estarão sendo estupradas no Brasil. Cerca de 3 delas, encontra-se, neste momento, dentro do próprio lar (68,3%) e estará sendo violada por um conhecido (86,1%), ou até mesmo, por um pai ou padrasto, irmão, primo, tio, avô ou outro familiar (64,4%), como revela o FBSP (2023, p. 15). Essas crianças estarão, agora, na próxima hora, sendo violentadas por aqueles de quem mais precisam, por aqueles em quem elas ‘deveriam confiar’. É o abuso sexual intrafamiliar. Quando não denunciado, pode agravar-se devido à recorrência dos atos de violação, tornando-se parte do cotidiano das vítimas. Atos que, ao ocorrerem dentro de suas próprias casas, são, por muitas vezes, acobertados pelos demais familiares. O nível de vulnerabilidade desses menores é uma dimensão que precisamos assumir enquanto sociedade, por meio da multiplicação de ações voltadas à conscientização e à denúncia, sob caráter educativo e preventivo.

No entanto, estamos contabilizando, aqui, apenas os dados da realidade brasileira, onde, somente no primeiro quadrimestre de 2023, sofreu um aumento de 70% nos casos de violação sexual contra menores de idade (Agência Brasil de Notícias, 2023). No entanto, cabe considerar que a violência, o abuso e exploração de crianças e adolescentes configura-se como um problema de ordem global. Diversos setores e atores sociais, em todos os países, precisam empenhar-se, cada vez mais, na promoção, no incentivo e no fortalecimento de projetos, programas e campanhas de enfrentamento a esses crimes. Portanto, de forma local, buscou-se contribuir para a formação continuada de professores, por meio de uma experiência educativa e artística que investigou, junto a um grupo de educadores sociais, uma metodologia lúdica para desenvolver noções de autoproteção contra VSI, desde os anos iniciais do Ensino Básico.

METODOLOGIA

A partir do estudo de obras, projetos e práticas pedagógicas voltadas à conscientização e à prevenção da VSI, deu-se especial atenção às abordagens que integravam linguagens artísticas, como a literatura, a performance, o drama e o teatro. Assim, a obra literária infantil *Pipo e Fifi: Ensinando proteção contra a violência sexual* (2022), de autoria da escritora, pedagoga e mestre em Educação Sexual, Caroline Arcari, foi a principal referência. Além disso, a obra integrou a investigação prática que se desenvolveu junto aos professores, atuando como um *pré-texto* à elaboração de uma ferramenta artística e educativa, inspirada na teoria do *Drama* (Cabral, 2006; Vidor, 2010). Sob essa perspectiva estratégica, os educadores criaram quatro enredos dramáticos, cujos contextos ficcionais foram estabelecidos a partir do tema sugerido pelo *pré-texto*, em articulação dinâmica com os campos do *quadro interdisciplinar*. Durante a elaboração dos personagens, das situações, das interações e dos conflitos de cada trama, os participantes foram orientados a incluir aspectos relativos à conscientização e à prevenção de VSI.

Para aprofundar a reflexão, explorou-se a noção de violência sexual intrafamiliar, embasada pela análise das estratégias de conquista e manipulação dentro das relações familiares abusivas (Furniss, 1993; Rodrigues, 2017; Sanderson, 2005). Como resultado deste estudo, que fora inicialmente impulsionado pelo relato de M. durante a atividade “memória dos cheiros”, desenvolveu-se uma ferramenta pedagógica, que une arte e educação, voltada à formação continuada de professores dos anos iniciais, sob a tarefa de prevenir e denunciar toda e qualquer violência, abuso ou exploração sexual infanto-juvenil.

A atividade realizada com os educadores vinculados à Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Pão dos Pobres Santo Antônio, localizada no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, teve a participação de oito profissionais, dentre eles professores e coordenadores. A parte teórica foi iniciada pela revisão dos *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual* (1997) e dos *Temas Transversais: Orientação Sexual* (1998), publicados pela Secretaria de Educação Fundamental (SEF) do Ministério da Educação brasileiro, estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Segundo os documentos, “o tratamento da sexualidade nas séries iniciais visa permitir ao aluno encontrar na escola um espaço de informação e de formação, no que diz respeito às questões referentes ao seu momento de desenvolvimento e às questões que o ambiente coloca” (SEF, 1997, p. 73). Além disso, a BNCC destaca que esportes e espetáculos de artes corporais dão privilégio ao desenvolvimento de uma “cultura corporal”,

abrindo espaço para o autoconhecimento, o respeito e o cultivo de uma relação prazerosa com o próprio corpo. Por isso, os educadores devem incentivar, com naturalidade: a percepção sobre o esforço físico saudável e as sensações de prazer que o acompanham; a validação da vontade de notar e de ser notado, de se exhibir e de observar, respeitosamente, os corpos em prática esportiva ou em representação artística (SEF, 1998).

Além disso, ao direcionarem-se para conteúdos mais específicos da educação sexual, os educadores devem evitar a exposição de um aluno diante dos demais, utilizando-se do recurso da criação de personagens fictícios para, assim, trabalharem as informações, dúvidas, medos, e demais questões ligadas à sexualidade, de modo que ninguém se sinta ameaçado ou invadido em sua intimidade (SEF, 1998). Como também, foram revistos pontos importantes dos documentos: igualdade entre os sexos; flexibilização nos papéis de gênero; acolhimento e legitimação da diversidade sexual. Para complementar a revisão teórica inicial, foi apresentada, aos professores participantes, a *Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade*” (Organização das Nações Unidas [UNESCO], 2010), a qual subdivide a educação em sexualidade por idades, definindo níveis de complexidade: de 5 a 8 anos (Nível 1); de 9 a 12 anos (Nível 2); de 12 a 15 anos (Nível 3); de 15 a 18 anos (Nível 4) (II, p. 4). A partir dessa subdivisão, o documento relaciona os níveis de complexidade e aprofundamento com os componentes centrais da aprendizagem em sexualidade: (1) Informações (biologia e direitos humanos); (2) Valores, atitudes e normas sociais (pessoais, familiares, comunitárias); (3) Habilidades interpessoais; (4) Responsabilidade (UNESCO, 2010).

Por fim, foi apresentada aos educadores a segunda Guia da *Coleção Enfrentamento ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* publicada pelo Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Sul (CEEVSCA/RS, 2022), um recurso eletrônico destinado aos profissionais da educação, saúde e assistência social. Além de apresentar informações, orientações básicas, *links* úteis, conceitos e mitos, a Guia traz definições conceituais, a partir da legislação brasileira, sobre o que é abuso, exploração e violência sexual infanto-juvenil. Junto a isso, a publicação orienta esses profissionais sobre como agir, em seu contexto de atuação, no caso de suspeita ou revelação espontânea por parte das vítimas de VSI ou de suas testemunhas, conforme previsto no Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (*Lei 13.431*, 2017).

A seguir, buscando-se direcionar o olhar dos participantes para abordagens de ensino baseadas em pedagogias teatrais/performativas, com foco na integração das faculdades cognitivas, emocionais, físicas e psíquicas dos(as) alunos(as), foi-lhes apresentado o Treinamento *Trau Dich!* (Tenha Coragem!). O *Tenha Coragem* foi realizado na Alemanha (Firnges & Amann, 2015), com alunos da 3º a 6º série, de aproximadamente 8 a 12 anos de idade, contendo: encenação de 1 peça teatral na escola (composta por 4 histórias sobre situações potencialmente abusivas); estudo e desenvolvimento de habilidades autoprotetivas com as crianças participantes; formação prévia para os professores, orientando-os sobre como conduzir pedagogicamente as peças com os alunos; debate sobre violação de direitos sexuais, fortalecido pelo jogo interativo, ao longo da apresentação da peça ensaiada, no qual as crianças da plateia eram questionadas sobre como agir diante dos conflitos das cenas. Segundo Ferreira, o treinamento contribuiu para ampliar o repertório de comportamentos autoprotetivos das crianças participantes, focando nas habilidades de: reconhecer situações potencialmente ameaçadoras; distinguir entre “bons e maus segredos”; distinguir entre “bons e maus toques” (2019, p. 33); dentre outras estratégias para prevenção de VSI.

No decorrer da atividade com os educadores da EMEF Pão dos Pobres Santo Antônio, foi realizada uma revisão acerca dos comportamentos autoprotetivos, nomeados por Wurtele (2008) como os 3 R's, além do estudo das habilidades sociais relacionadas, segundo Soma (2022). Para as autoras, os 3 R's constituem-se nas capacidades de: (1) *Reconhecer* (uma situação potencialmente abusiva), (2) *Resistir* (ao abuso praticado contra si) e (3) *Relatar* (o abuso sofrido a um adulto de confiança.). Para Soma (2022), é necessário compreender que as habilidades sociais relacionadas precisam ser trabalhadas para dar suporte ao desenvolvimento dos comportamentos autoprotetivos. Ou seja, para (1) *Reconhecer* é preciso: *sociabilidade* (capacidade de fazer amigos); *autoconhecimento*; *percepção do outro* (empatia); *noção/referência de relacionamentos e condutas saudáveis*; *autorregulação* (identificar, expressar e regular as próprias emoções); *auto-monitoria* (capacidade de identificar os padrões e as consequências dos seus atos e dos demais). Soma (2022) defende que, para (2) *Resistir*, se fazem necessários aspectos como: *civilidade* (cordialidade, generosidade, consideração); *assertividade* (conseguir lidar com as situações conflituosas mantendo a calma, sem agressividade, sabendo impor limites com carinho); *autocontrole* (‘espírito esportivo’, maior tolerância a fracassos, frustrações e críticas). E por fim, para que possa (3) *Relatar*, ação esta que compila todas as outras as habilidades, porém, é a única que,

de fato, rompe com o abuso (Soma, 2022) a criança ou o adolescente precisa articular uma comunicação funcional, com *autoconfiança* e coragem para fazer uma denúncia ao *Disque 100* ou uma revelação espontânea, de modo a ser encaminhada para *Escuta Especializada*.

Infelizmente, “a violência tem a força de construir ‘silêncios’, e o primeiro é o da palavra” (Rodrigues, 2017, p. 168). Portanto, ficou evidente, entre os educadores participantes, a necessidade de sua cooperação ao desenvolvimento de habilidades comunicativas capazes de romper o silêncio das vítimas de VSI. Habilidades estas que, além de reduzirem as possibilidades de (re)vitimização de menores, poderão também contribuir para suas vidas de modo geral, fortalecendo o seu desenvolvimento pessoal e construindo uma sociedade mais saudável e segura. A partir disso, reverbera a questão: como desenvolver os comportamentos autoprotetivos por meio de metodologias teatrais/artísticas/dramáticas?

O *Drama* como pedagogia teatral teve origem na segunda metade do século XX, através dos estudos da atriz e professora Dorothy Heathcote (Reino Unido, 1926-2011). Porém, foi na década de 1990, que essa abordagem chegou ao Brasil. A professora e pesquisadora brasileira Beatriz Cabral, em sua obra *Drama como método de Ensino* (2006), apresenta-o como uma metodologia para a exploração da teatralidade em sala de aula. Para Cabral (2006, p. 12), o fazer teatral/dramático promove um “cruzamento do real com o imaginário”. O contexto ficcional permite desafiar aquilo que é normalmente aceito, fornecendo respostas reais a contextos imaginários. Por isso, desenvolver atividades de Drama e teatro na escola, mostra-se como um meio de motivar os alunos a observar “ações e atitudes que levam à discussão das questões éticas implícitas ao tema explorado” (Cabral, 2006, p. 17). Portanto, essa metodologia contribui para a problematização de questões sob uma perspectiva sistêmica, buscando-se construir narrativas em torno de conflitos que, cenicamente, poderão ser abordados em suas diferentes dimensões, atentando para fatores desencadeadores e dilemas consequenciais.

. . . o drama compreende uma série de procedimentos que visam à construção de uma narrativa cênica na qual a presença de um conflito é fator fundamental para seu desenvolvimento. Por isso, quando pensamos em uma proposta de drama, temos um tema que gera um conflito e que dá o mote para a construção da história e, conseqüentemente, para a escolha das estratégias que serão utilizadas. (Vidor, 2010, p. 29)

Um dos elementos estratégicos do *Drama* é o *pré-texto*, o qual cria expectativas e estabelece padrões de comportamento; desperta a atenção do grupo e desafia a sua participação; abre um leque de perspectivas; ativa e dinamiza um contexto ficcional (Cabral, 2006). No caso do presente estudo, o *pré-texto* escolhido foi um *Livro Infantil de Abordagem Preventiva* - LIAP (Soma & Williams, 2014; 2017), mais precisamente, a obra *Pipo e Fifi: Ensinando proteção contra a violência sexual* (Arcari, 2022), uma obra física, que já está na sua 10ª edição e que também pode ser acessada em formato digital, nos idiomas português e espanhol. Esta obra explica às crianças, a partir dos 3 anos de idade, conceitos básicos sobre o corpo, os sentimentos, as emoções e as relações interpessoais. Com linguagem simples e descomplicada, ensina a diferenciar toques de amor de toques abusivos, além de orientar à busca por proteção e ajuda. As cenas ilustradas auxiliam na compreensão dos conceitos de VSI, bem como, dos direitos humanos, investindo na educação sexual à serviço da prevenção (Arcari, 2015).

Além desse, foram apresentados outros LIAP's aos educadores participantes que, em sua maioria, não haviam tido contato ainda com esse tipo de publicação. Dentre eles, estão: *O Segredo da Tartanina* (Silva, Soma, & Watarai, 2011), livro físico para crianças de 4 a 6 anos; *Segredo segredíssimo* (Barros, 2011), também físico, para maiores de 6 anos; *Não me toca, seu boboca!* (Taubman, 2017), físico, para a faixa etária de 4 a 8 anos; *Meu corpo é meu amigo* (Amaro e Vaz, 2020) recurso digital, para crianças a partir dos 4 anos; *Meu corpo, meu corpinho* (Mendonça & Carvalho, 2020), livro físico, para a faixa etária entre 4 e 6 anos.

Após o contato com os LIAP's, outro elemento foi estudado junto ao grupo de docentes. Porém, desta vez, vinculado ao *Drama* como metodologia para teatralização em sala de aula, e conhecido como *quadro-interdisciplinar*.

Como o drama está essencialmente voltado à diversidade da experiência humana, ele tende a provocar novos níveis de questionamento em vez de promover respostas. Os níveis de questionamento aberto farão a ponte com as demais áreas do currículo. . . . Geralmente, os pontos de contato entre as diferentes áreas são tênues e percebidos somente pelos professores, não pelos alunos. (Cabral, 2006, p. 33)

Como os docentes participantes estavam vinculados a uma escola de Ensino Fundamental, sua atuação nos anos iniciais (1º ao 5º ano) possui uma característica peculiar desse ciclo escolar: a *unidocência*. O profissional *unidocente* ensina várias matérias para uma mesma turma: ciências, literatura, arte, história, língua portuguesa, geografia, matemática,

educação física, dentre outras componentes curriculares (Caixeta, 2017). Portanto, ele tem a tarefa de desenvolver suas aulas sob uma perspectiva de inter-relação entre as áreas do conhecimento, conduzindo um processo de formação integral com as crianças por meio da interdisciplinaridade.

Nesse sentido, o *quadro-interdisciplinar* do *Drama* foi adaptado ao tema da presente pesquisa. Assim, o enunciado *Prevenção de VSI* foi colocado ao centro do *quadro*, em torno do qual foram posicionadas as áreas curriculares definidas pela *Lei de Diretrizes e Bases* para a Educação (*Lei nº 9.394, 1996*), no que compete ao primeiro ciclo do Ensino Fundamental, sendo elas: *Ciências Naturais, Ciências Humanas, Matemática, Linguagens e Ensino Religioso* (este último, facultativo). A partir disso, os educadores começaram a formular alguns *focos dramáticos* interdisciplinares, relacionando o tema central com as áreas supracitadas. A partir desse exercício prático de escrita criativa, os participantes criaram, em duplas, quatro enredos dramáticos, buscando atender também para a inclusão dos 3 R's na elaboração de seus personagens e dos conflitos fictícios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta investigação possuem caráter qualitativo. Sob análise, foi possível observar uma ampliação na percepção dos educadores participantes acerca da necessidade de discutir e praticar ações pedagógicas preventivas ao abuso sexual, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. Além disso, promover o contato desses profissionais com os LIAP's, como *pré-textos* didáticos, expandiu sua noção sobre como abordar temas delicados por meio de uma lente dramática e performativa. Portanto, como principais dados produzidos pela atividade junto aos professores, estão os 4 enredos dramáticos (histórias), que foram elaborados em diálogo com o contexto e o repertório dos educandos, interligando diferentes disciplinas do currículo e tendo como tema central a prevenção de VSI. As tramas fictícias criadas por eles apresentaram uma significativa variação de subtemas interagindo com o tema principal, onde cada dupla articulou o universo do seu *Drama* com diferentes áreas, ampliando a gama de possibilidades para a elaboração cênica.

Seguem-se os quatro enredos dramáticos elaborados pelos docentes participantes: (1) *Nas mãos do Pastor*; (2) *Menina-Mulher*, (3) "*Natural*" como os animais e (4) *Príncipe Gestual*, sendo citados para fins de análise, reflexão e discussão.

Nas mãos do Pastor: Aninha reside com sua mãe, irmão e padrasto num bairro pobre. Na escola, encontra-se entristecida. Revela que seu padrasto nem sempre a trata de forma carinhosa e, que, às vezes, a toca com violência. No entanto, ele, além de ser um líder religioso local, provém todo o sustento da família.” (Educadoras J. e R.)

As educadoras J. e R. elaboraram seu *foco dramático* a partir de duas ideias distintas que interligaram Ensino Religioso e Matemática. Elas construíram o conflito de sua trama entrelaçando aspectos em torno de uma figura religiosa, socialmente fortalecida por sua influência local e que, ao mesmo tempo, tem seu poder ampliado, dentro do lar, por ser o principal provedor dos recursos materiais, atentando para o aspecto econômico que rege as relações familiares. Contudo, sobre este enredo, cabe a reflexão acerca do mito de que os tipos de VSI ocorrem predominantemente entre as classes socioeconômicas mais baixas. Como podemos ver na trama acima, além da dependência econômica na figura do opressor, outro fator, que poderia impedir a realização de uma denúncia, poderia ser a tentativa de manter a reputação do agressor, para não prejudicar o seu prestígio diante dos fiéis. É o que alerta Rodrigues: “Níveis de renda familiar e de educação não são indicadores de abuso. Famílias das classes média e alta podem ter melhores condições para encobrir o abuso e manter o ‘muro do silêncio’” (2017, p. 89).

Outro ponto importante de se observar sobre *Nas mãos do pastor*, é a menção de que o padrasto “a toca com violência”. Porém, cabe lembrar que nem todos os abusos sexuais são realizados de modo violento, podendo, em muitos casos, serem erroneamente interpretados como demonstração de afeto. Na verdade, tratam-se de deturpações típicas dos rituais da *comunicação perversa*, uma *anticomunicação* que utiliza “a mentira, o paradoxo, o sarcasmo, o desprezo, a desqualificação, as mensagens de duplo sentido, a tonalidade de voz fria, a intriga, o olhar dominador, as ordens”, dentre outras estratégias para manipular, confundir e amedrontar, conforme é alertado em *Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes* (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2007, p. 40).

Menina-mulher: Janaína, aos 11 anos, decide participar de um concurso de beleza mirim e, para isso, publica uma foto sua, de seu corpo inteiro, em uma rede social. Depois disso, começa a perceber uma mudança nos olhares de seu tio para ela, e percebe, também, tentativas de realizar brincadeiras desconfortáveis com ela. Maria,

amiga de Janaína, encoraja-a a impor limites ao tio e, a contar toda a situação aos seus pais. (Educadoras B. e P. R.)

No enredo das educadoras B. e P. R., vemos a protagonista Janaína, uma menina que passa por transformações hormonais oriundas da puberdade. Suas mudanças físicas e psicológicas são, em certa medida, intensificadas pela adultização dos corpos na infância, especialmente, dos corpos femininos, por meio de concursos de beleza mirim. As professoras, ao elaborarem essa trama, buscaram relacionar conteúdos das Ciências Humanas e das Ciências Naturais, como a invenção da infância e as fases do desenvolvimento biológico humano, lançando um olhar sobre os rituais da cultura que antecipam a transição da infância para adolescência. Além disso, outro ponto reflexivo de *Menina-mulher* é o apelo à visão utilitarista do corpo, por meio da qual cultiva-se a ideia de extrair recursos a partir da exploração do mesmo. Cabe, aqui, atentar para o aliciamento de menores, o qual apoia-se na ideia de mercantilizar o corpo como moeda de troca com viés afetivo-sexual. Crianças que crescem em meio a uma cultura que multiplica essa visão podem, mais facilmente, desenvolver a crença de considerar oportuno comercializar-se através de produtos pornográficos e/ou da prostituição. Essas podem ser algumas das consequências de se deturpar noções básicas nas relações interpessoais, produzindo o equívoco condicionar interação sexual para se obter carinho e afeto.

Embora a criança possa não estar deliberadamente procurando por contato sexual com os colegas [ou com adultos], ela acredita que esse é o único meio de obter atenção e afeto e, assim, quer oferecer sexualmente a si mesma para satisfazer suas necessidades. Essa promiscuidade pode às vezes levar não apenas à gravidez como também à prostituição, uma vez que a criança de alguma forma já foi capaz de perceber que pode obter algum tipo de controle sobre a experiência do abuso sexual se, ao menos, for paga para isso. Muitas crianças que são prostitutas ou garotos de programa tem uma história de abuso sexual. (Sanderson, 2005, p.226)

É lamentável visualizar em detalhes algumas das lógicas que sustentam a violência estrutural (FBSP, 2022), principalmente nas suas manifestações de caráter sexual envolvendo crianças e adolescentes. Contudo, é necessário expandir a percepção dos profissionais da educação, conscientizando-os acerca das sutilezas nas relações abusivas de poder, bem como, dos signos e símbolos atrelados aos discursos que são reproduzidos na cotidianidade, dentro e

fora do contexto escolar. Afinal de contas, “a escola só vale a pena se for diferente da sociedade” (Nóvoa, 2022, p.43).

Ainda sobre o enredo dramático *Menina-mulher*, é importante atentarmos para as habilidades sociais relacionadas aos comportamentos autoprotetivos, que as autoras B. e P. R. incluíram na personalidade da personagem Maria. A amiga, que ouve e apoia a protagonista Janaína, ajuda-a a *reconhecer* a situação potencialmente abusiva, influencia-a a *resistir* diante das tentativas do tio e encoraja-a a *relatar* o assédio aos seus pais, a fim de romper com o potencial abuso. Assim, Maria carrega em si características como *socialização*, *empatia* e *civilidade*, as quais estão entre as habilidades sociais mencionadas por Soma (2022) como necessárias ao desenvolvimento dos 3 R's, reforçando os conceitos basilares à prevenção de VSI dentro da trama fictícia.

“*Natural*” como os animais: Carlinhos tem 7 anos e vai passar as férias na fazenda dos avós. Lá, ele observa: a galinha pondo ovos, o gatinho ‘banhando-se’, os cachorros ‘namorando’, o parto de uma vaquinha... Assim, Carlinhos resgata memórias e conta para sua prima que, algumas vezes, um amigo do seu pai interagiu com suas partes íntimas de forma parecida com a dos animais. (Educadores A. e N.)

Os educadores A. e N. optaram por dar uma roupagem mais lúdica ao seu enredo dramático, incluindo na trama alguns animais em contexto rural. Em “*Natural*” como os animais, conteúdos oriundos das Ciências Naturais, como a observação dos seres vivos e de suas práticas reprodutivas são articulados com as memórias de Carlinhos. Em uma atmosfera leve, composta pelo clima de férias na fazenda dos avós, as lembranças do menino retornam aos poucos com certa ingenuidade, causando impacto em sua prima que, por ser mais velha, demonstra maior capacidade de compreender as dimensões do abuso sofrido por ele. Percebe-se, nesse enredo, certa ironia pela sutil deturpação dos atos abusivos, mascarando-os como “naturais”. Essa deturpação pode ser agravada por contextos sociais onde a educação sexual ainda é vista como um tabu, impedindo-a de ser ofertada nas escolas ou limitando-a por fatores políticos, ideológicos, religiosos ou culturais. Também por isso, muitas vítimas de VSI só se tornam capazes de compreender e reconhecer os atos sofridos, na infância ou na adolescência, depois de anos. Esse processo pode gerar muita culpa e vergonha, além do medo por ter que encarar as consequências da revelação. Assim, muitas crianças e adolescentes não revelam o abuso sofrido e algumas não o fazem nem mesmo em idade adulta (Sanderson, 2005).

Príncipe Gestual: Era uma vez um príncipe que não podia falar. Por isso, ele se comunicava por gestos e por linguagem de sinais. Desde pequeno, era cuidado e educado por seus pais, o Rei e a Rainha. Porém, ambos tiveram que começar a prepará-lo para o casamento. Pois, de acordo com os costumes do Reino, o Príncipe deveria se casar antes de completar 14 anos. (Educadores D. e P. V.)

Os educadores D. e P. V. buscaram incluir, em seu enredo, os conceitos de *Toque do Sim* e *Toque do Não* (Arcari, 2022), aplicando-os a situações de cuidado e higiene pessoal. Eles também optaram por criar um protagonista mudo, que, simbolicamente, pode representar a dificuldade que a maioria das vítimas de VSI tem para expressar verbalmente o(s) trauma(s) vivido(s). Tanto é que, o Príncipe deste enredo utiliza-se da gestualidade para se comunicar a nível não-verbal. Sanderson defende que as vítimas de abuso sexual “podem tentar comunicar suas experiências de maneiras mais sutis, como por meio do comportamento ou dos trabalhos artísticos, o que requer uma sensibilidade e um entendimento em relação ao que a criança pode estar se esforçando para comunicar não verbalmente” (2005, p. 181).

Outro aspecto, que os autores de *Príncipe Gestual* buscaram abordar, foi a questão das diferenças culturais influenciando na formação das famílias. Sua trama se passa em um local fictício governado por reis e rainhas, no qual tem-se o costume de realizar casamentos em idade precoce e de modo arranjado. Contudo, não é preciso ir muito longe geograficamente ou ficcionalmente para se deparar com essa prática. Em 2022, o Brasil ocupou o 4º lugar no *ranking* mundial dos casamentos infantis, somente perdendo para Índia, Bangladesh e Nigéria, sendo que essa situação se agravou com a pandemia de COVID-19 (Agência Câmara de Notícias, 2022). Os casamentos infanto-juvenis, ou seja, as uniões formais ou informais com menores de 18 anos, em território brasileiro, não costumam ocorrer por tradições culturais ou ritualísticas. Um dos fatores que intensifica esse problema são as dificuldades financeiras enfrentadas pelos menores oriundos de classes mais baixas, ainda que esse tipo de união também ocorra entre as classes média e alta. Todavia, pesquisas revelam que programas sociais, como o *Bolsa Família* (benefício socioeconômico dado às famílias com renda per capita de até R\$218 mensais), reduzem as probabilidades de casamentos precoces, uma vez que, o auxílio financeiro, dado aos beneficiários do programa, contribui para que casamentos infanto-juvenis sejam postergados (Vasconcelos, 2021).

Por fim, encerra-se o presente relato concluindo-se que, o Ensino Fundamental, sob a perspectiva da BNCC brasileira, apresenta-se como um ciclo contínuo de apreensão de

habilidades nas diferentes áreas que o compõem. Dessa forma, deve-se considerar que as habilidades sociais, necessárias para a construção de comportamentos autoprotetivos efetivos, precisam ser desenvolvidas também em ciclos contínuos, compostos por etapas de construção e avaliação da aprendizagem. Para isso, o treinamento dessas habilidades precisa ser adequado a cada uma das fases dos(as) alunos(as) nos anos iniciais, observando os diferentes níveis de aprofundamento dos conceitos, bem como, de apreensão dos comportamentos relacionados à autoproteção. Em suma, defende-se a relevância de investir em programas contínuos de prevenção que, a cada novo ciclo, sejam reforçados por novas histórias com diferentes tipos de abordagens, a fim retomar, revisar e rearticular os conceitos e as habilidades adquiridas, aprofundando-as e adaptando-as às distintas realidades dos(as) educandos(as) em seus diferentes contextos de ensino-aprendizagem.

Referências

- Arcari, C. (2015, 5-7 de novembro) Oficina Pipo e Fifi: o projeto de prevenção de violência sexual que está viajando pelo mundo. *III Conferência Internacional Online de Educação Sexual. Brasil.* (p. 36). https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/52347/1/2015-Rossi...Vilac%CC%A7a_ANAIS_III_COES.pdf#page=36
- Arcari, C. (2022). *Pipo e Fifi: Ensinando proteção contra violência sexual.* (10a ed.) Editora Caqui.
- Cabral, B. A. V. C. (2006). *O Drama como Método de Ensino.* Hucitec.
- Caixeta, S. S. (2017) *Unidocência: uma análise do trabalho pedagógico de professoras dos anos iniciais do ensino fundamental.* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Uberlândia.
- Câmara dos Deputados. (2022, 23 de fevereiro). Dados do Unicef apontam que o Brasil ocupa o 4º lugar em casamentos infantis no mundo. *Agência Câmara de Notícias.* <https://www.google.com/url?q=https://www.camara.leg.br/noticias/853645-dados-do-unicef-apontam-que-o-brasil-ocupa-o-4o-lugar-em-casamentos-infantis-no-mundo/&sa=D&source=docs&ust=1700054471798762&usg=AOvVaw1-TzWXkfGdsJDPDanWx18m>
- Empresa Brasileira de Notícias. (2023, 17 de maio). Violações sexuais contra crianças crescem quase 70% no Brasil. *Agência Brasil de Notícias.* <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-05/abusos-sexuais-contra-criancas-crescem-quase-70-no-brasil>
- Ferreira, M. F. (2019). *Formação de professores para prevenção do abuso sexual infantil.* [TCC]. Universidade Federal de São Carlos.
- Firnges, C. & Amann, S. (2015) Evaluation des Theaterstücks „Trau dich! Ein starkes Stück über Gefühle, Grenzen und Vertrauen“ im Rahmen der bundesweiten Initiative zur Prävention des sexuellen Kindesmissbrauchs. *Springer Science and Business Media LLC.* (1), 57-65. <https://doi.org/10.1007/s00103-015-2266-7>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2022). *16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.* São Paulo. 2022. <https://forumseguranca.org.br/anuario-16/>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2023). *17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.* São Paulo. 2023. (357p.) (ISSN: 1983-7364) <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>

XIII Seminário Internacional de la RED ESTRADO

Dos décadas de estudios sobre el trabajo docente: existir, resistir y construir nuevos horizontes

- Furniss, T. (1993). *Abuso sexual da criança: uma abordagem multidisciplinar, manejo, terapia e intervenção legal*. Artes Médicas. (Adriana Verissimo Veronese Trad.)
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). Diário Oficial. República Federativa do Brasil. Poder Legislativo, Brasília, DF. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. (2014). Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm
- Lei Nº 13.431, de 4 de abril de 2017. (2017). Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (ECA). Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13431.htm
- Nóvoa, A. (2022). *Escolas e professores: proteger, transformar, valorizar*. SEC/IAT. (Colaboração de Yara Alvim).
- Organização das Nações Unidas. (2010). *Orientação Técnica Internacional sobre Educação em Sexualidade*. (UNESCO) (volume I e II) https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281_por
- Rodrigues, M. N. S. (2017). *Violência Intrafamiliar - O abuso sexual contra crianças e adolescentes*. Paco Editorial.
- Sanderson, C. (2005) *Abuso Sexual em Crianças - fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia*. M. Books do Brasil Editora. (Frank de Oliveira Trad.) (Trabalho original publicado em 2004)
- Secretaria da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social. (2022). *Comitê Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (CEEVSCA)*. Relatório preliminar do mapeamento da rede de enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul. <https://www.tjrs.jus.br/novo/cij/wp-content/uploads/sites/9/2023/01/20152538-relatorio-preliminar-mapeamento-ceevsca-01dez22.pdf>
- Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. (2007). *Escola que protege: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes*. Ministério da Educação, Brasil. (100p.) (ISBN 978-85-60731-33-6). Edição eletrônica. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=638-vol-31-escqprotege-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192
- Secretaria de Educação Fundamental. (1997). Ministério da Educação. Brasil. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. (164p.) <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>
- Secretaria de Ensino Fundamental. (1998). Ministério da Educação. Brasil. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Temas Transversais: Orientação Sexual*. (52p.) <https://cptstatic.s3.amazonaws.com/pdf/cpt/pcn/volume-10-6-temas-transversais-orientacao-sexual.pdf>
- Soma, S. M. P. (2022, 26 de agosto). *3 R's: Ensino de habilidades autoprotetivas para prevenção do abuso sexual infantil*. (Palestra) Liga de Análise do comportamento de Taubaté. Universidade de Taubaté. [Vídeo]. YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=5uL7sMthw0M>
- Soma, S. M. P. & Williams, L. C. A. (2017) Avaliação de livros infantis brasileiros sobre prevenção de abuso sexual baseada em critérios da literatura. *Trends in Psychology*, 25(3), 1201-1212. <https://doi.org/10.9788/TP2017.3-14Pt>
- Soma, S. M. P & Williams, L. C. A. (2014) Livros infantis para prevenção do abuso sexual infantil: Uma revisão de estudos. *Temas em Psicologia*, 22(2), 353-361. DOI: 10.9788/TP2014.2-07
- Vasconcelos, A. M. (2021). *Casamento infantil feminino: evidências para o Brasil*. [Tese de Doutorado]. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Vidor, H. B. (2010). *Drama e Teatralidade: o ensino do teatro na escola*. Mediação.

Wurtele, S. K. (2008) Behavioral approaches to educating young children and their parents about child sexual abuse prevention. *The Journal of Behavior Analysis of Offender and Victim Treatment and Prevention*. 1(1), 52-64, 2008. <https://doi.org/10.1037/h0100434>

Agradecimiento

O presente relato de experiência reflete um experimento paralelo ao desenvolvimento da dissertação de mestrado da autora, vinculada ao Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGE/UFSM). Registra-se aqui, o agradecimento ao PPGE/UFSM pelo apoio, em forma de recurso financeiro, o qual possibilitou que este trabalho integrasse o *XIII Seminario Internacional de La Red Estrado*. Participar desse evento permitiu a ampliação do contato com outros pesquisadores latino-americanos, contribuindo significativamente para o amadurecimento acadêmico da pesquisadora-autora e expandindo sua percepção sobre as pesquisas contemporâneas no campo das Ciências Sociais e Humanas, com enfoque na Educação e no desenvolvimento profissional docente.